

**Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade
da Freguesia da Vinha da Rainha**

Handwritten signature and initials

Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2014



FUNDADA EM 1942

**Avaliação do Plano de Ação
Estratégico
2014**

Cópia n.º 1

Se o documento não apresentar o n.º de cópia, assume-se como «Cópia Não Controlada»

M.136.V2

17-03-15

Handwritten signature



ÍNDICE

Introdução.....	3
1 Período a que reporta a avaliação.....	3
2 Alterações à Organização e Funcionamento.....	3
2.1. Instalações.....	3
2.2. Respostas Sociais.....	3
2.3. Serviços de Ação Social – Família e Comunidade.....	5
2.4. Área Desportiva.....	6
2.5. Teatro.....	7
2.6. Formação Profissional.....	7
2.7. Voluntariado.....	8
2.8. Estrutura Organizacional.....	8
3 Avaliação do Plano Ação Estratégico.....	8
3.1. Alteração aos Objetivos Estratégicos e Operacionais.....	10
3.2 Avaliação do Nível de Execução das ações em cada Eixo Estratégico.....	10
4 Propostas de Intervenção Futura.....	10



Handwritten signatures and initials

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo avaliar o cumprimento do plano de atividades referente ao ano 2014 desenvolvido pela Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha tendo em conta as respostas sociais: Creche, CATL, Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos e outros Apoios à comunidade, assim como prestar contas relativas ao ano civil de 2014 aos senhores associados.

Para além de ser uma reflexão sobre a intervenção desenvolvida pela entidade durante o ano, aponta também as dificuldades e constrangimentos que dificultaram a concretização de algumas das atividades previstas.

1 - PERÍODO A QUE REPORTA A AVALIAÇÃO

Período de Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014

2 - ALTERAÇÕES À ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

2.1. Instalações

Durante o ano de 2014, iniciaram-se as obras de recuperação das antigas escolas primárias.

2.2 - Respostas Sociais

2.2.1 - CATL

Durante o ano de 2014 a Instituição manteve o desenvolvimento das atividades de animação e lazer ao nível institucional, promovendo a oferta diversificada de atividades durante o período de férias escolares.

O Protocolo de Cooperação com a Segurança Social sofreu uma revisão, passando de 35 utentes para 19 utentes. O ano iniciou com 15 crianças na resposta social e terminou com 12, salientando-se uma frequência de cerca de 26 crianças nos meses das férias de Verão.

2.2.2 - Creche

Esta valência iniciou o ano de 2014 com 10 crianças em frequência e terminou com uma frequência de 13 crianças, atingindo-se um total de 15 crianças no final do ano lectivo de 2013-2014. Para aliciar as famílias da freguesia, a Instituição manteve a promoção das bonificações para que estas aderissem à colocação das crianças nesta resposta social a fim de contribuírem para a manutenção da rede sócio-educativa na freguesia.



2.2.3 - Centro de Convívio

O calendário anual de atividades da Instituição foi cumprido, contando com a aderência razoável dos utentes nas habituais atividades da Instituição sem perder de vista o salutar convívio intergeracional, permitindo afirmar que os objetivos gerais da resposta social foram cumpridos.

Continua a ter como referência as atividades desportivas que se desenvolveram sem descontinuidades e que abarcam o Centro de Dia. Também os utentes desta valência continuaram a disputar com entusiasmo as provas de remo promovidas a nível concelhio e nacional.

O Protocolo com a Segurança Social foi reduzido para 19 clientes, registando-se ao longo do ano uma taxa de ocupação na ordem dos 18 utentes.

2.2.4 - Centro de Dia

A taxa de ocupação durante o ano de 2014 foi de 28 utentes pelo que a resposta social atingiu o seu máximo de ocupação previsto no acordo de cooperação que se mantém nos 26 utentes. Tendo em conta esta realidade foi efectuado um pedido de revisão de acordo desta resposta social para 30 utentes, na sequência da revisão em baixa do acordo do CATL que permite a transferência de verbas para uma resposta social com utentes extra-acordo.

O envelhecimento significativo das pessoas que frequentam esta valência, assim como o agravamento da dependência determinou a sua rotatividade para outras respostas sociais, nomeadamente para lar de idosos e serviço de apoio domiciliário, o que contribuiu para a manutenção do seu enraizamento social.

À semelhança dos anos anteriores, desenvolveram-se várias atividades de índole recreativa, nomeadamente visitas e excursões, continuando-se a ter como referência as atividades desportivas - remo indoor - que para além das atividades diárias, ainda tem como acréscimo a participação em campeonatos/encontros nacionais, e que contam sempre com a participação destes utentes.

2.2.5 - Serviço de Apoio Domiciliário

Durante o ano de 2014, a taxa de ocupação foi de 42 utentes, quando o Protocolo de Cooperação com a Segurança Social se manteve nos 39 clientes. Para esta valência antevêem-se grandes alterações na sua forma financiamento pela Segurança Social, mas também nas tabelas de comparticipação dos utentes, cujas comparticipações mínimas vão determinar um impacto significativo na forma de financiamento da resposta social. A comparticipação da segurança social dependerá do número de serviços que cada utente contratualizará com a Instituição, embora a instituição já venha a aplicar a norma legislativa de não efectuar admissões apenas com um serviço, mas sim com um mínimo de 2 serviços.



Handwritten signature and initials

Mantém-se a intenção de empreender esforços no sentido de sensibilizar os utentes a aderirem a outros serviços promovidos pela resposta social.

Mantiveram-se os níveis de prestação de serviço que já vinham sendo utilizados.

2.2.6 – Estrutura Residencial para Idosos 1

Do decurso do ano findo, nada de relevante houve a registar no funcionamento desta resposta social, que se manteve permanentemente com o mesmo número de utentes e a reduzida rotatividade.

Por determinação da Segurança Social manteve-se o protocolo de funcionamento para esta resposta social, nomeadamente ao nível da obrigatoriedade de reserva de uma vaga cativa para a Segurança Social. Durante o ano de 2014, essa vaga teve que ser preenchida por se ter registado a saída de um utente, o que determinou a reserva dessa vaga para a Segurança Social.

2.2.7- Estrutura Residencial para Idosos 2

Durante o ano de 2014, nada de relevante houve a registar no funcionamento desta resposta social, que se manteve permanentemente com o mesmo número de utentes e alguma rotatividade.

O Protocolo com a Segurança Social abrange 18 clientes, havendo três camas cativas para a Segurança Social. Durante o ano de 2014, estas vagas permaneceram totalmente preenchidas com utentes da lista de espera da Segurança Social.

As duas estruturas residenciais estão ocupadas a 100%.

2.3 – Serviços de Ação Social – Família e Comunidade

2.3.1 – Rendimento social de inserção

O RSI é um mecanismo de combate à pobreza que tem como principal objetivo assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e favorecer a sua progressiva inserção social, laboral e comunitária.

A nível concelhio a Instituição é parceira desta medida tendo mantido um papel ativo e participativo através do acompanhamento/atendimento a beneficiários do RSI da sua área de intervenção (13 lugares da freguesia).

Durante o ano de 2014 foram acompanhados ao nível desta medida 3 famílias.



2.3.2 - Atendimento/acompanhamento social

Serviço prestado pela Instituição em parceria com outros serviços de Segurança Social do concelho para atendimento/acompanhamento de situações de vulnerabilidade social da área da freguesia, numa lógica de serviço de proximidade à população.

Na prestação deste serviço a Instituição manteve-se sempre acessível, permanecendo disponível para o atendimento à população da freguesia ao longo do ano.

2.3.3 - Programa comunitário de ajuda alimentar a carenciados (PCAAC)

O PCAAC é uma ação anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-Membros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais carenciadas da Comunidade Europeia.

Neste sentido, a Instituição participou neste programa, enquanto parceira com o CDSSC como mediadora na distribuição de produtos a famílias/pessoas da freguesia da Vinha da Rainha cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida com base nos Critérios de Elegibilidade aprovados por despacho de 06/02/96, do então Secretário de Estado da Inserção Social e como beneficiária de acordo com o número de utentes carenciados cujas participações são diminutas e do número de respostas sociais desenvolvidas.

Ao abrigo deste programa, foram disponibilizados produtos alimentares em duas fases no ano, tendo sido apoiadas três famílias ao nível da freguesia.

2.4. Área Desportiva

2.4.1. Secção Desportiva

No âmbito das atribuições da Secção Desportiva, o objetivo principal consiste no proporcionar de condições para a prática de atividades desportivas aos jovens da Freguesia.

Foi eleita uma nova Direção para a Secção Desportiva, que nos parece estar a desenvolver um trabalho meritório, desde logo pela participação de cinco equipas de escalões diferentes nos campeonatos distritais, e pelo esforço que isso acarreta.

É uma secção autónoma na sua gestão, pelo que queremos reconhecer o trabalho e o esforço desenvolvidos.



2.4.2. Grupo de BTT

A seção de BTT desenvolveu as suas atividades com a participação de um conjunto muito significativo de participações atletas, atingindo plenamente os seus objetivos.

A atividade desta Seção tem registado um crescimento assinalável, com implicações positivas quer a nível da participação e da disponibilidade dos seus membros, quer a nível participativo em provas ou iniciativas no Concelho de Soure, como também em muitas provas pelo País.

Queremos reconhecer o esforço e a disponibilidade dos seccionistas e dos restantes participantes.

2.5. Teatro

O grupo vem desenvolvendo a sua atividade de uma forma normal, pois levou à cena vários espetáculos com as peças ensaiadas, e prepara uma nova peça que será levada à cena muito proximamente.

O Grupo ainda funciona na dependência da Direção, mas com autonomia, e sem peso financeiro.

2.6. Formação Profissional

➤ **Eixo prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, Tipologia de Intervenção 6.1 – Formação para a Inclusão**

Ao longo do ano de 2014, a Associação realizou o curso “Inclusão Ativa” num total de 550 horas de formação, envolvendo 15 formandos/as em regime laboral, financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH)

Os formandos destas ações tiveram direito mensalmente a uma Bolsa de Formação, no valor de 130,00€; Subsídio de Alimentação diário no valor de 3,90 e Subsídio de Transporte.

Aguarda-se a abertura do Quadro Comunitário Portugal 2020 durante o próximo ano, para definir e propôr as tipologias de intervenção, através da realização de candidaturas ao financiamento.

➤ **Fluxos Financeiros**

O fluxo financeiro decorrente da realização deste projeto, importa nos seguintes valores, co-financiados a 100%:

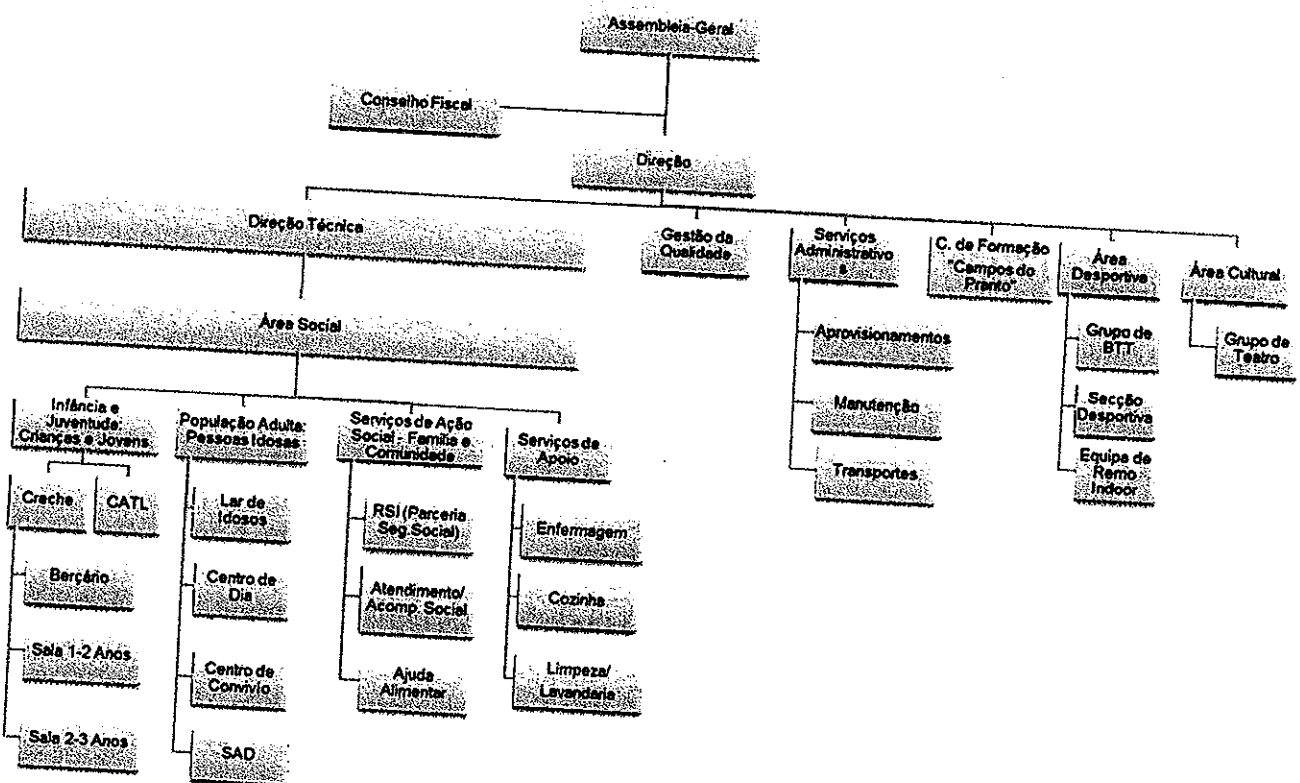
	2013	2014
Formação para a Inclusão	2.948,21€	50.696,02€



2.7. Voluntariado

O trabalho voluntário prestado pelas nossas funcionárias nas atividades levadas a cabo pela Instituição é valorizado na avaliação de desempenho referente ao ano a que reporta.

2.8. Estrutura Organizacional



3. AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO

O ano de 2014 foi, em termos gerais, um período de alguma tranquilidade no que respeita à gestão financeira da Instituição.

Partindo de um saldo financeiro bastante modesto, começou-se a notar alguma tranquilidade a partir do primeiro trimestre, acentuada com o decorrer do ano como é visível no saldo final (cerca de 39 000 euros) acrescido dos pagamentos efetuados de parte das obras de recuperação das Antigas Escolas Primárias, e ainda não reembolsadas pelo PRODER.

Para este desafogo contribuiu, também, a Câmara Municipal de Soure que regularizou a quase totalidade dos fornecimentos de almoços e transportes.



Em termos do Plano de Atividades procurou-se dar-lhe cumprimento, tendo sido executados cerca de 65% dos trabalhos da recuperação das Antigas Escolas Primárias; construiu-se o grelhador para apoio à cozinha; substituiu-se algum equipamento de cozinha, nomeadamente a máquina de descascar batatas, etc. Em termos de Formação Profissional realizou-se o curso "Inclusão Ativa" relativo à tipologia de intervenção 6.1 Formação para a Inclusão, e proporcionou-se uma parceria com a ETP Sicó para a formação interna e um curso de aplicadores de produtos fitossanitários, em termos externos.

Desenvolveram-se as iniciativas próprias, como a Festa de Carnaval; a Mostra dos Vinhos; a Matança do Porco; as Marchas Populares; a Noite de Fados e o Aniversário da Associação. Realce-se que estas iniciativas tiveram um encaixe de 4.879,77 Euros, que consideramos um contributo muito bom para as Contas da Associação.

Foi alcançado um resultado positivo de 7.212,62 Euros que, embora modesto, traduz o empenho de todos, desde a Direção, às Chefias e ao restante Pessoal.

Uma nota para as Despesas com Pessoal que tiveram um aumento exponencial considerável, devendo-se tal facto a um acréscimo, que se justifica, com o aumento do número de utentes em três respostas sociais: Creche, Centro de Dia e Apoio Domiciliário; a baixas médicas que obrigaram a substituições; a indemnizações pela saída de funcionárias; no cumprimento das obrigações legais e a algumas situações imprevisíveis que obrigaram a reajustamentos. Houve também um menor recurso a CEI's pela falta de perfil das pessoas enviadas pelo Centro de Emprego. A área do pessoal foi das mais difíceis no decorrer deste mandato.

Refira-se também que, os gastos de depreciações e amortizações se elevaram a 56.036,07 Euros, o que acrescido ao resultado líquido (7.212,62 euros) e diminuído dos subsídios ao investimento (22.996,09 Euros) resulta no resultado sem amortizações de 40.252,60 Euros, ou seja, o resultado líquido.

Realce-se também o funcionamento da horta com resultados positivos, para além da qualidade que oferecemos aos nossos utentes.

Realçar também o voluntariado de algumas das nossas funcionárias, através da participação nas iniciativas da Associação, sem a qual não seria possível desenvolver todas as iniciativas próprias, e a quem aproveitamos para agradecer.

Destacamos ainda o reforço das parcerias, nomeadamente os trabalhos preparatórios para integrar o projeto de Desenvolvimento Local de Base Comunitária com as Terras de Sicó e mais 108 Entidades ou Instituições e que culminará com a apresentação e candidatura de um Projeto de Desenvolvimento com vista à gestão de um Programa Operacional no âmbito do Portugal 20*20.

Estamos tranquilos porque dispomos dos meios para cumprir os nossos compromissos com as funcionárias/os e com os nossos fornecedores, embora muito atentos à gestão, tendo a consciência de que os fluxos financeiros são cada vez mais reduzidos.



3.1. Alteração aos Objetivos Estratégicos e Operacionais

Durante o ano de 2014, podemos afirmar que não existiram alterações dignas de registo relativamente aos objetivos inicialmente traçados no respetivo Plano de Ação Estratégico.

3.2. Avaliação ao nível da execução das ações em cada eixo estratégico

Embora não tenham havido alterações ao nível dos objetivos estratégicos, algumas das ações previstas não foram possíveis de concretizar, nomeadamente ao nível:

Eixo 2 – INVESTIMENTO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

- Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário para as 22 horas: esta ação não foi concretizada durante o ano de 2014 devido ao facto de não possuir-mos utentes suficientes para este serviço. Desta forma, a ação foi eliminada.
- Construir um jardim para a área sénior, que integrará também um parque infantil para a área da infância: foi dada prioridade a outros assuntos/ações e recalendarizou-se a ação para 2015;
- Adquirir uma viatura para utentes com mobilidade condicionada: Aguarda-se financiamento do Fundo de Socorro Social

Eixo 5 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

- Submeter o Sistema de Certificação da Entidade Formadora: Aguarda-se a notificação da DGERT para a submissão da certificação.

4. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO FUTURA

O Plano de Ação Estratégico de 2015 já contempla numa forma generalizada as propostas de intervenção que urge levar a cabo durante o ano.

Porém há algumas situações que podemos sinalizar/propôr, desde já:

➤ CRECHE/CATL

- A Instituição continuará a envidar esforços no sentido de aumentar o número de frequências da creche e, por esta razão, a tornar viável financeiramente.



AP
AE
EE

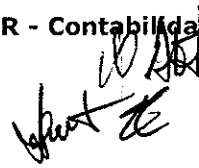

➤ CENTRO DE DIA, ERI, SAD, CRECHE E CATL

- Construir um jardim para a área sénior, que integrará também um parque infantil para a área da infância.
- Aquisição de uma viatura de transporte de pessoas, que inclua uma plataforma elevatória e lugar para duas cadeiras de rodas.
- Aquisição de uma carrinha de 9 lugares.

A DIREÇÃO:

[Handwritten signatures]

Anexo: Prestação de Contas


 Balanço

 UNIDADE MONETÁRIA (L)

Balanço em 31 de Dezembro de 2014

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2014	31 Dez 2013	
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		1.426.765,06	1.441.373,67	-1,01%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		1.426.765,06	1.441.373,67	-1,01%
Ativo corrente				
Inventários		2.838,22	1.494,11	89,96%
Clientes		19.105,95	17.606,52	8,52%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		6.602,61	1.333,77	395,03%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		161.329,29	184.278,24	-12,45%
Diferimentos		781,29	949,07	-17,68%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		42.429,64	6.466,49	556,15%
		233.087,00	212.128,20	9,88%
Total do Ativo		1.659.852,06	1.653.501,87	0,38%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		63.781,14	63.781,14	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		43.807,32	46.139,93	-5,06%
Resultados transitados		774.105,27	771.792,29	0,30%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		598.026,80	591.121,29	1,17%
Resultado líquido do período		7.212,62	2.312,98	211,83%
Total do fundo de capital		1.486.933,15	1.475.147,63	0,80%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		83.844,00	96.444,00	-13,06%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		83.844,00	96.444,00	-13,06%
Passivo corrente				

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2014	31 Dez 2013	Variação
Fornecedores		11.233,28	15.349,87	-26,82%
Adiantamentos de clientes		320,89	84,62	279,21%
Estado e outros entes públicos		12.836,44	9.919,23	29,41%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		12.418,49	11.867,61	4,64%
Diferimentos		0,00	4.863,64	-100,00%
Outras contas a pagar		52.265,81	39.825,27	31,24%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		89.074,91	81.910,24	8,75%
Total do Passivo		172.918,91	178.354,24	-3,05%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1.659.852,06	1.653.501,87	0,38%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2014	2013	
Vendas e serviços prestados		366.265,81	330.845,78	10,71%
Subsídios, doações e legados à exploração		492.351,75	451.053,31	9,16%
Variação nos inventários da produção		4.793,64	2.457,59	95,05%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-106.810,30	-99.670,03	-7,16%
Fornecimentos e serviços externos		-202.789,81	-186.359,68	-8,82%
Gastos com o pessoal		-531.872,00	-460.669,24	-15,46%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		50.414,21	30.453,38	65,55%
Outros gastos e perdas		-5.898,58	-5.324,42	-10,78%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		66.454,72	62.786,69	5,84%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-56.036,07	-56.151,59	0,21%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.418,65	6.635,10	57,02%
Juros e rendimentos similares obtidos		143,67	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados		-3.349,70	-4.322,12	22,50%
Resultados antes de impostos		7.212,62	2.312,98	211,83%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		7.212,62	2.312,98	211,83%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Janeiro || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2014	2013	
Vendas e serviços prestados		366.265,81	330.845,78	10,71%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-638.682,30	-560.339,27	-13,98%
Resultado bruto		-272.416,49	-229.493,49	-18,70%
Outros Rendimentos		547.703,27	483.964,28	13,17%
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00%
Gastos administrativos		-258.825,88	-242.511,27	-6,73%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-5.898,58	-5.324,42	-10,78%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.562,32	6.635,10	59,19%
Gastos de financiamento		-3.349,70	-4.322,12	22,50%
Resultados antes de impostos		7.212,62	2.312,98	211,83%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		7.212,62	2.312,98	211,83%

(1) - Euro

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2014	2013	Variação
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		376.674,83	365.241,33	3,13%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-313.909,59	-296.998,24	-5,69%
Pagamentos ao pessoal		-373.861,77	-347.320,36	-7,64%
Caixa gerada pelas operações		-311.096,53	-279.077,27	-11,47%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-14.165,48	-12.493,89	-13,38%
Outros recebimentos/pagamentos		359.480,31	288.534,83	24,59%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		34.218,30	3.036,33	1.226,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		17.000,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		143,67	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		17.143,67	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-1.008,30	-972,14	-3,72%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-11.040,82	-19.106,74	42,22%
Juros e gastos similares		-3.349,70	-3.378,34	0,85%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-15.398,82	-23.457,22	34,35%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		35.963,15	-26.493,55	235,74%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2014	2013	Variação
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		6.466,49	32.960,04	-80,38%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		42.429,64	6.466,49	556,15%

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA DE SOLIDARIEDADE DA FREGUESIA VINHA DA RAINHA



FUNDADA EM 1942

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Anexo

1. Identificação da Entidade

A *Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha* é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República em 1990, Série II, com sede em Rua Comendador João Duarte Cachulo, n.º2 em Vinha da Rainha. Tem como atividade, desenvolver ações de proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, apoio a crianças jovens, à família, a integração social e comunitária através de:

- Creche
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Centro de Dia
- Lar de Idosos
- Centro de Convívio para Idosos
- Apoio Domiciliário a Idosos ou Inválidos

Tem também como atividade secundária, intervir no âmbito Cultural e Desportivo.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas, aquando da conversão no mesmo ano, e no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

Rua Comendador João Cachulo, n.º 2
3130-433 Vinha da Rainha
NIF: 501955984



Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da
Freguesia da Vinha da Rainha

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo, não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento. Sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 12.2 e 12.8) e “Diferimentos” (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando



ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou



produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Reservas Especiais -Doações”.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	4 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado, em sistema de inventário intermitente.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, quando existir. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de*



- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os



abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	31.962,43	-	-	-	-	31.962,43
Edifícios e outras construções	1.523.043,94	5.246,91	-	-	-	1.528.290,85
Equipamento básico	192.173,70	8.858,98	-	-	-	201.032,68
Equipamento de transporte	117.475,25	-	-	-	-	117.475,25
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	88.436,99	129,90	-	-	-	88.566,89
Outros Ativos fixos tangíveis	16.461,83	-	-	-	-	16.461,83
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	1.969.554,14	14.235,79	-	-	-	1.983.789,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	184.296,52	31.152,93	-	951,50	-	216.400,95
Equipamento básico	140.224,13	12.613,88	-	-	-	152.838,01
Equipamento de transporte	86.988,93	6.277,26	-	-	-	93.266,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	62.047,60	4.941,36	-	833,33	-	67.822,29
Outros Ativos fixos tangíveis	10.922,63	1.166,16	-	-	-	12.088,79
Total	484.479,81	56.151,59	-	1.784,83	-	542.416,23

	Saldo em 01-Jan-2013	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2013
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

No período de 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:



31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	31.962,43					31.962,43
Edifícios e outras construções	1.528.290,85	110,70				1.528.401,55
Equipamento básico	201.032,68	8.689,75				209.722,43
Equipamento de transporte	117.475,25					117.475,25
Equipamento biológico						-
Equipamento administrativo	88.566,89	233,70				88.800,59
Outros Ativos fixos tangíveis	16.461,83					16.461,83
Investimentos em Curso	-	34.725,89				34.725,89
Total	1.983.789,93	43.760,04	-	-	-	2.027.549,97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	216.400,95	30.663,61		951,50		248.016,06
Equipamento básico	152.838,01	13.041,77		547,78		166.427,56
Equipamento de transporte	93.266,19	6.277,26				99.543,45
Equipamento biológico						-
Equipamento administrativo	67.822,29	4.887,27		833,33		73.542,89
Outros Ativos fixos tangíveis	12.088,79	1.166,16				13.254,95
Total	542.416,23	56.036,07	-	2.332,61	-	600.784,91

	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2014
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

As obras que se encontravam em curso são a Requalificação das Antigas Escolas Primárias, obra essa que só ficou pronta em Março de 2015.



6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	12.418,49	83.844,00	96.262,49	11.867,61	96.444,00	108.311,61
Loações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	12.418,49	83.844,00	96.262,49	11.867,61	96.444,00	108.311,61

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	177,67	179,34	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.310,48	98.496,65	-	1.494,11	108.154,40	-	2.838,22
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.488,15	98.675,99	-	1.494,11	108.154,40	-	2.838,22

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	99.670,03	106.810,30
Variações nos inventários da produção	-	4.793,64



8. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	859,42	344,94
Prestação de Serviços	365.406,39	330.500,84
Quotas dos utilizadores	359.003,75	323.407,04
Quotas e Jóias	1.609,00	1.790,00
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Serviços Secundários	4.793,64	5.303,80
Outros Rendimentos e Ganhos	50.414,21	30.453,38
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	416.680,02	361.299,16

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	406.228,22	368.107,20
Centro Regional Segurança Social	390.192,47	359.237,07
Instituto Gestão Financeira - O.S. Social	16.035,75	8.870,13
Apoios do Governo	50.028,41	52.602,97
IEFP	10.245,27	21.032,68
Autarquias	39.783,14	31.570,29
Total	456.256,63	420.710,17

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos e sociais, nos períodos de 2014 e 2013, foram, respetivamente de 5 e 11.



Os órgãos diretivos e sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de 50 e em 31/12/2014 foi de 54 .

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	399.893,49	340.034,97
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	84.541,68	72.232,30
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.213,69	4.607,84
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	43.223,14	43.794,13
Total	531.872,00	460.669,24

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	19.105,95	17.606,52
Clientes	-	-
Utentes	19.105,95	17.606,52
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Adiantamento de Clientes e Utentes	320,89	84,62
Clientes	-	-
Utentes	320,89	84,62
Total	18.785,06	17.521,90

A rubrica de clientes refere-se aos saldos a receber dos utentes referentes ao mês de Dezembro de 2014, que por norma só são cobrados no mês seguinte.

12.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras Contas a Receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	33.691,45	61.588,34
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Outros Devedores	127.637,84	122.689,90
Perdas por Imparidade	-	-
Total	161.329,29	184.278,24

Na rubrica de *Devedores por Acréscimos de Rendimentos* temos os valores incluídos a receber do Município de Soure, relacionados com protocolos existentes (refeições, transportes, AEC’s



e acompanhamento almoços), participações da Segurança Social relacionadas com vagas cativas por pagar de 2014 e ainda valores respeitantes a 2014 por receber do IEPF.

Na rubrica de Outros Devedores temos os valores a receber de subsídios por parte do Município de Soure nos Apoios ao PARES e MASES e ainda, de um subsídio do PRODER (Requalificação das Antigas Escolas Primárias).

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	781,29	949,07
...	-	-
...	-	-
Total	781,29	949,07
Rendimentos a reconhecer		
POPH - Inclusão	-	4.863,64
...	-	-
...	-	-
Total	-	4.863,64

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Caixa	2.179,59	1.843,37
Depósitos à ordem	40.250,05	4.623,12
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	42.429,64	6.466,49



12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	63.781,14	-	-	63.781,14
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	46.139,93		(2.332,61)	43.807,32
Resultados transitados	771.792,29	2.312,98		774.105,27
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	591.121,29	29.901,60	(22.996,09)	598.026,80
Total	1.472.834,65	32.214,58	(25.328,70)	1.479.720,53

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	11.233,28	15.349,87
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	11.233,28	15.349,87

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.602,61	1.333,77
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	6.602,61	1.333,77
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	970,70	103,60
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.545,52	1.158,49
Segurança Social	10.320,22	8.657,14
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	12.836,44	9.919,23

Rua Comendador João Cachulo, nº 2
3130-433 Vinha da Rainha
NIF: 501955984



Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da
Freguesia da Vinha da Rainha

12.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	455,10	-	866,39
Credores por acréscimos de gastos	-	48.535,77	-	37.058,68
Outros credores	-	3.274,94	-	1.900,20
	-	-	-	-
Total	-	52.265,81	-	39.825,27

12.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	36.095,12	30.343,14
De Instituições Particulares	-	360,00
Fundo Social Europeu	36.095,12	29.983,14
Doações		
Heranças		
Legados		
...		
Total	36.095,12	30.343,14

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:



Descrição	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	54.942,56	47.381,50
Materiais	12.490,43	11.427,17
Energia e fluidos	59.069,67	63.956,35
Deslocações, estadas e transportes	595,55	2.009,22
Serviços diversos:	75.691,60	61.585,44
Rendas e Alugueres	1.756,95	1.470,88
Limpeza, Higiene e conforto	25.738,18	27.420,05
Cursos POPH - Formandos	18.591,43	8.533,59
Outros	29.605,04	24.160,92
Total	202.789,81	186.359,68

12.11. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	6.997,09	4.561,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.000,00	0,87
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	4.286,55	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	35.130,57	25.890,85
Total	50.414,21	30.453,38

12.12. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.413,13	2.071,25
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	3.485,45	3.253,17
Total	5.898,58	5.324,42



12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3.349,70	4.322,12
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	3.349,70	4.322,12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	143,67	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	143,67	-
Resultados financeiros	(3.206,03)	(4.322,12)

12.14. Garantias reais obtidas

A entidade tem a seu favor quatro garantias bancárias e um cheque caução, resultante das obras realizadas entre 2008 e 2011.

Obra Lar de Idosos e Creche ao abrigo do programa PARES:

Silvil – Construções Silva Lopes, S.A., lda

- Garantia Bancária n.º 125-02-1312312, do Banco Comercial Português S. A., emitida em 15 de Setembro de 2008, no valor de 23.304,15€.

- Garantia Bancária n.º 125-02-1438598, do Banco Comercial Português, emitida em 13 de Outubro de 2008, no valor de 23.304,15€;

(Nota: o montante total destas duas garantias está reduzido no valor de 3.933,54€, resultante da indemnização pela realização de uma reparação na obra, em 2011 e em 4.286,55€ resultante também, da indemnização de uma reparação na obra, em Dezembro de 2014).

Soteol – Sociedade Terraplanagens do Oeste, Lda.

- Garantia Autónoma n.º 2010.09971, da Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., emitida em 20 de Agosto de 2010, no valor de 28.760,87€;



Majomarti – Unipessoal, Lda

- Cheque caução n.º 1245036744, no valor de 5.842,50€, relativamente à garantia do Equipamento Móvel.

(Nota: Todas as garantias bancárias não poderão ser denunciadas, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-lei 59/99 de 2 Março).

Obra Remodelação de Centro de Convívio e ATL ao abrigo do programa MASES:

Albino Nunes da Silva Guardado

- Garantia Bancária n.º 362046, do Banco Espírito Santo S. A., emitida em 18 de Outubro de 2010, no valor de 8.791,25€;

(Nota: Esta garantia bancária não poderá ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-lei 18/2008 de 29 de Janeiro).

12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 20 de Março de 2015.

Vinha da Rainha, 17 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Albino Nunes da Silva Guardado

Rua Comendador João Cachulo, nº 2
3130-433 Vinha da Rainha
NIF: 501955984

A Direção
Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha
Albino Nunes da Silva Guardado



Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha